



## Propostas do agronegócio para os presidenciais

O CONSELHO Superior do Agronegócio (Cosag), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), esteve reunido, em 12 de julho último, para tratar das Propostas aos Presidenciais. O documento, coordenado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), através de um Grupo Técnico composto de profissionais de diversas entidades, procura sintetizar de maneira geral as principais demandas existentes nos agentes das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Na abertura, Roberto Rodrigues, coordenador do Cosag, destacou o esforço e a dificuldade para consolidar as informações diante da diversidade e da complexidade das demandas que envolvem o agronegócio nacional. Carlo Lovatelli, presidente da Abag, explicou que os presidenciais receberão perguntas sobre trabalho. As suas respostas serão gravadas e apresentadas no 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, cujo tema será Cenário 2011: Comunicação e Governança.

A seguir, *Agroanalysis* apresenta os principais tópicos das Propostas aos Presidenciais.

# Plano de ação 2011-2014-2020

## 1. Fundamentos

O agronegócio brasileiro é um caso de sucesso! Contribui com 26% do PIB e 46% das exportações. É responsável pela totalidade do saldo da Balança Comercial, atingindo, de 1997 a 2009, US\$ 403 bilhões. Da sua produção, cerca de 70% abastecem o mercado interno, e o restante sustenta a Balança Comercial!

A transformação da agricultura tradicional e ineficiente, dos anos 1960-70, em um agronegócio pujante credita-se, em primeiro lugar, à competência do setor privado, incluindo os agricultores, os produtores de insumos, os processadores e os prestadores de serviços.

O Estado brasileiro contribuiu com a pesquisa na agricultura tropical, no fornecimento de crédito rural, na promoção das exportações, na normatização da defesa agropecuária e na melhoria, em parte, da infraestrutura e logística.

O potencial do agronegócio brasileiro é imenso. A disponibilidade de terras planas, aptas à mecanização, agricultores empreendedores, incluindo muitos pequenos e médios, e de tecnologias de instituições públicas e privadas deve aumentar consideravelmente a produção, seguindo preceitos de sustentabilidade para os próximos anos.

Para o futuro, com as mudanças climáticas e o aquecimento global, o modelo de produção terá como base a maior sustentabilidade econômica, social e ambiental para atender ao aumento da demanda, devido ao aumento da população brasileira e mundial e ao crescimento de sua renda, que exige mais produtos de qualidade e diversificados. Nos biomas, o controle do desmatamento deve ser feito com manejo dos recursos naturais e oferta de serviços ambientais.

## 2. Metas

### Crescimento no horizonte 2010 a 2020

<b>Produção</b>	<b>37% nos grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo); 38% nas carnes; 76% na cana-de-açúcar (48,2% em açúcar e 127,3% em etanol); 25% nas florestas plantadas.</b>
<b>Agroenergia</b>	<b>Participação em 20% na matriz energética nacional.</b>
<b>Área</b>	<b>Incorporar 15 milhões de hectares de áreas degradadas no processo produtivo.</b>
<b>Renda Mínima</b>	<b>Incorporação de 800 mil pequenos produtores (valor da produção entre 1 e 2 salários mínimos) ao mercado.</b>
<b>Exportação</b>	<b>Dobrar o valor para US\$ 130 bilhões.</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

### Redução das emissões no horizonte 2010 a 2020

<b>Ações</b>	<b>Ampliação da Área<sup>1</sup></b>	<b>Redução das Emissões<sup>2</sup></b>
<b>Recuperação de pastagens degradadas</b>	<b>15,0</b>	<b>104,5</b>
<b>Integração lavoura-pecuária-silvicultura</b>	<b>4,0</b>	<b>22,0</b>
<b>Sistema de plantio direto na palha</b>	<b>8,0</b>	<b>20,2</b>
<b>Fixação de nitrogênio (soja)</b>	<b>5,5</b>	<b>20,0</b>
<b>Reflorestamento</b>	<b>3,0</b>	<b>8,0</b>
<b>Agroenergia</b>		<b>1.015,0*</b>

1. milhões de hectares

2. milhões de toneladas em equivalentes de gás carbônico

\* União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Fonte: Mapa.

### Para a infraestrutura do agronegócio

<b>Armazenagem de Grãos</b>	<b>Nível da propriedade: de 5% para 10% da produção. Fronteira agrícola: aumento de 35% na capacidade.</b>
<b>Matriz de Transporte de Grãos</b>	<b>Rodovia: de 61% para 35%; Ferrovia: de 33% para 45%; Hidrovia: de 6% para 20%.</b>
<b>Escoamento de Grãos via Portos</b>	<b>Santos e Paranaguá: de 66 % para 50%; Demais portos: de 34% para 50%.</b>
<b>Pesquisa</b>	<b>2% do PIB da agropecuária.</b>



### 3. Proposta de agenda para o governo

A transformação do potencial do agronegócio brasileiro em realidade terá o setor privado como protagonista e o governo como indutor, por meio de uma agenda de trabalho alicerçada em seis grandes pilares:

#### PILAR 1:

##### Garantia de renda para o agricultor

##### Componente A: Crédito Agrícola

**Justificativa:** O crédito agrícola orientado pelo zoneamento econômico ecológico é instrumento fundamental para a sustentabilidade do processo produtivo. Possibilita ganhos de produtividade, poupa terra e desestimula novos desmatamentos, com a liberação das áreas já ocupadas pelo homem para expansão agrícola. Também estimula a incorporação do produtor ao mercado e auxilia na maior formalização do setor.

A atual política de crédito agrícola tem como características:

- Insuficiência de recursos para o financiamento da produção e comercialização;
- Injusta distribuição no seu acesso e na capilarização;
- Concentração excessiva do risco no setor público;
- Falta de novos agentes financeiros, em razão da baixa rentabilidade operacional.

##### Propostas de Ação:

- Planos Plurianuais de Safras (cinco anos) com medidas estruturais, revisões anuais, crédito rotativo.
- Reforma do sistema de crédito rural com estímulos para transformação dos produtores rurais em pessoas jurídicas e ampliação e diversificação das fontes de financiamento.
- Oferta de crédito diferenciado para programas de práticas conservacionistas com baixo carbono e de agregação de valor, que geram renda e melhores condições de vida no campo.
- Reduzir os custos de transação e de tempo gasto na contratação do crédito agrícola.

- Criar um sistema de autoliquidez do crédito rural com a vinculação das operações de crédito rural aos instrumentos de seguro rural.
- Aprovar o PLP 349/08 no Congresso Nacional, com a criação do Fundo Garantidor do Crédito Rural, para a provisão de recursos e a mitigação do risco das operações de crédito.
- Incentivar novos mecanismos orientados para o mercado.
- Formalização e padronização dos contratos de *commodities*: cláusulas de garantia, *hedge*, vencimento, inadimplência, arbitragem etc.
- Estimular contratos nas cadeias produtivas; exemplo: Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Consecana).

**Encaminhamento:** Ação multiministerial, coordenada pelo Mapa. Edição de portarias, decretos e leis, conforme a especificidade da ação.

##### Componente B: Seguro Rural

**Justificativa:** O Seguro rural é um fator estabilizador da renda do agricultor diante de riscos de produção. Estimula e viabiliza a permanência do produtor rural em sua atividade. Como é pouco atraente para o setor privado, devido a sua alta sinistralidade e seu elevado custo operacional, o governo deve disponibilizar mais recursos com a subvenção de prêmio.

Como é uma medida anticíclica de proteção de renda, o seguro rural deve estar associado a mecanismos modernos de *hedge* e opção.

##### Propostas de Ação:

- Fomentar a contratação de seguro agrícola pelos produtores rurais.
- Expandir os recursos para subvenção ao prêmio conforme a expansão da produção.
- Regular o Fundo de Catástrofe, criado em 2008 (Projeto de Lei Complementar nº 374).
- Ampliar o limite de seguro para áreas cultivadas com financiamento.
- Padronizar os processos de inspeção e de acompanhamento dos sinistros.

- Cumprir o plano trienal elaborado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural.

**Encaminhamento:** Coordenação Mapa.

##### Componente C: Solução das Dívidas Agrícolas

**Justificativa:** Diversos planos econômicos do governo elevaram substancialmente a dívida dos produtores rurais e não corrigiram, na mesma proporção, os preços mínimos dos produtos. Adicionalmente, com as secas nas safras 2004/05 e 2005/06, sem a cobertura do seguro rural, os agricultores deixaram de receber indenizações de R\$ 10,3 bilhões. Assim, muitos deles permanecem endividados, sem acesso a fontes de financiamento, tendo necessidade de uma solução definitiva para poder retomar a produção.

##### Propostas de ação:

- Revisão da Lei nº 11.755, de agosto de 2008, que renegociou 2,8 milhões de contratos no valor de R\$ 75 bilhões, de um saldo da dívida de R\$ 110 bilhões.
- Renegociação das dívidas oriundas dos financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos endividamentos de custeio, investimento e comercialização de safras anteriores, em condições que permitam ao produtor continuar produzindo e, ao mesmo tempo, pagá-las.
- Negociar a transformação dos produtores rurais de pessoa física para jurídica.

**Encaminhamento:** Proposta do Mapa encaminhada à Casa Civil da Presidência da República.

##### Componente D: Garantia de Preços Mínimos

**Justificativa:** Em época de safra abundante, os preços tendem a cair, com perda de renda pelos produtores e desestímulo para o próximo plantio. As compras do governo por mecanismos como de preços mínimos objetivam proteger o agricultor



e os consumidores de acentuadas volatilidades de preços. Por isso, o instrumento deve estar acoplado a uma política de metas de produção.

**Proposta de ação:**

- Implantar uma política de suporte de preços para garantir uma renda mínima ao produtor rural, com o aprimoramento do Programa de Equalização de Preços ao Produtor (Pepro) e Programa de Escoamento da Produção (PEP), de acordo com o tamanho dos estoques e as metas de produção propostas em Planos Plurianuais de Safras.

**Encaminhamento:** Projeto de Lei a ser elaborado pelo Mapa e encaminhado ao Congresso Nacional.

**Componente E:** Desoneração Tributária

**Justificativa:** No Brasil, a carga tributária incidente sobre a produção de alimentos tem impacto extremamente negativo na competitividade do setor produtivo e encarece os preços dos alimentos, com prejuízos para a população brasileira e dificuldades às exportações.

**Proposta de ação:**

- Desoneração tributária das matérias-primas nos alimentos da cesta básica

ampliada (incluindo as carnes), e dos produtos para a exportação.

**Encaminhamento:** Mapa e Ministério da Fazenda.

**Componente F:** Substituição de insumos importados

**Justificativa:** Os produtores brasileiros dependem fortemente da importação de matérias-primas para produção de fertilizantes e de princípios ativos de defensivos agrícolas. A elevada dependência de importações determina risco considerável para os produtores rurais quanto a preços e à quantidade e para a produção do País.

**Proposta de ação:**

- Com recursos do BNDES, fomentar o investimento em projetos de exploração de jazidas de matérias-primas nacionais para a fabricação de fertilizantes.
- Incentivar Parceria Pública e Privada (PPP) na produção e oferta de fertilizantes.
- Agilizar o processo de registro de novos defensivos agrícolas e aprovar os normativos que permitam a extensão de uso dos defensivos para culturas de menor expressão econômica (*minor crops*).

**Encaminhamento:** Mapa, BNDES e Petrobras.

**Componente G:** Comunicação, imagem e valorização

**Justificativa:** A agropecuária possui laços históricos com o País. Com as suas cadeias produtivas, garante a segurança alimentar interna, contribui para uma matriz energética mais limpa e gera preciosas divisas através das exportações. Na condição de ser um dos principais protagonistas mundiais no agronegócio, é fundamental mostrar para a sociedade o seu papel fundamental como parte ativa do processo de integração e desenvolvimento socioeconômico nacional.

**Proposta de ação:**

- Desenvolver plano de comunicação, imagem e valorização do agronegócio.

**Encaminhamento:** Mapa, MDIC, Casa Civil, Sociedade Civil Organizada.

**PILAR 2:**

**Infraestrutura e logística**

**Justificativa:** O calcanhar de aquiles do agronegócio brasileiro é a tremenda deficiência em infraestrutura e logística,



com ônus para o custo de transporte, redução da renda do produtor e comprometimento da competitividade internacional dos produtos nacionais em relação aos concorrentes. Ainda, quanto maior a safra, maiores as perdas por falta de armazenamento e maior o custo de transporte.

O transporte de uma tonelada de soja de Rondonópolis (Mato Grosso) a Paranaguá (Paraná), por exemplo, custa o equivalente a 20% do valor do produto; no caso do milho, metade do valor da mercadoria é gasta com frete.

Em países como os Estados Unidos e a Argentina, o custo médio do transporte é metade do custo normalmente verificado no Brasil. Contribuem para esse custo elevado no Brasil, além da priorização do transporte rodoviário propriamente dito, os elevados gastos com manutenções dos caminhões devido à precariedade da malha rodoviária.

Um fator de competitividade é a priorização de sistemas de transporte de baixo custo, como nos Estados Unidos. No caso da Argentina, apesar de o transporte rodoviário ser maior que o brasileiro, as distâncias da zona de produção aos portos são baixas.

O Brasil ocupa posição de destaque na produção e no comércio internacional de *commodities* agrícolas, sendo o primeiro no *ranking* de exportação de açúcar, café, suco de laranja, etanol e tabaco. Em 2009, as exportações brasileiras de produtos originários do agronegócio ficaram próximas a 100 milhões de toneladas. Na próxima década, haverá um acréscimo de 70 milhões de toneladas. Com isso, o Brasil deverá ser o responsável pelo suprimento de aproximadamente 50% do mercado internacional de oito das principais *commodities*.

### Composição da matriz de transporte

País	Rodovia	Ferrovia	Hidrovia
Brasil	61%	33%	6%
Estados Unidos	16%	23%	61%
Argentina	82%	17%	2%

Fonte: MT

### Obras prioritárias

Pavimentação Rodovias	(i) BR 163; Guarantã (MT) e Santarém (PA); (ii) BR 158: Ribeirão Cascalheira (MT) à divisa com o Pará; (iii) BR 364; Diamantino (MT) e Campo Novo dos Parecis (MT); (iv) BR 251; BR 030 interligando as BR 158 e BR 163.
Construção de trechos de rodovias	BR 242: a partir de Sorriso (MT), interligando com a BR 158 e duplicação da BR 346 (Rondonópolis–Cuiabá).
Ferrovias	Norte-Sul (TO, GO, SP e PR); Ferronorte; Nova Transnordestina; Ferroeste; Oeste Leste; Ferrovia litorânea Santa Catarina (Imbituba–Araquari).
Hidrovias	Araguaia–Tocantins; Teles Pires–Tapajós; Tietê–Paraná; Rio Madeira; Rio Juruena (MT)–Tapajós.
Plataforma Multimodal	Marabá (PA) e a eclusa Boa Esperança (PI).
Portos Estratégicos	Vitória (ES); Santos (SP); Paranaguá (PR); Itaqui (MA); Vila do Conde (PA); São Francisco do Sul (SC); Itajaí (SC); Rio Grande (RS); Santarém (PA) e Rio Tocantins.
Cabotagem	Autorizar embarcações com bandeira estrangeira para a navegação.
Ações estratégicas	Dragagens, eclusas, derrocamento, sinalização e balizamento.

### Propostas de ação:

- Atração de capitais com a garantia de cumprimento dos contratos firmados, preparo do poder judiciário (solução de conflitos), e esforços conjuntos entre governo e iniciativa privada.
- Programa estratégico para o desenvolvimento do agronegócio, com a integração dos modais de transporte em função das demandas com o crescimento econômico.
- Capacidade técnica e executiva para as agências públicas administrarem os interesses dos concessionários e usuários.
- Previsão, em lei, de um regramento para instalações e operações de dutos destinados exclusivamente para transporte de biocombustíveis.

**Encaminhamento:** Ministério dos Transportes, Mapa, Setor Privado.

### PILAR 3: Comércio exterior

**Justificativa:** Com vocação para produzir excedente além do consumo interno, o agronegócio transforma o País em grande exportador de alimentos, fibras e agroenergia. Exportar significa desenvolver um programa eficaz de *marketing* dos produtos, com qualidade e agregação de valor, principalmente nos mercados mais exigentes, defesa dos legítimos interesses dos produtores e respeito científico às regras sanitárias e fitossanitárias.

Mesmo com a competitividade dos produtos brasileiros, muitos países impõem barreiras técnicas de comércio para barrar as importações e proteger seus mercados. Cabe ao governo brasileiro defender os interesses do agronegócio nacional, com estratégias para que sejam respeitados e concluídos os acordos, sejam de naturezas multilaterais – Organização Mundial do Comércio (OMC) e Conferência das Partes (COP) – ou bilaterais, de modo a fornecer ao setor privado regras claras e seguras.

### Propostas de ação:

- Desenvolver sistemas para avaliação de barreiras técnicas, com metodologia de certificação compatível à realidade brasileira (com aceitação

internacional): harmonização, equivalência, regionalização, indicadores de sustentabilidade, zoneamento ecológico-econômico, indicadores geográficos e de denominação de origem, dentre outros.

- Fortalecimento da Câmara de Comércio Exterior (Camex) como instância decisória para todas as questões relativas ao comércio exterior.
- Conclusão da Rodada de Doha e estímulo para acordos bilaterais de comércio.
- Conclusão das Negociações Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e União Europeia.
- Revisão dos marcos normativos do Mercosul afetos ao agronegócio.
- Intensificar as ações de promoção internacional do agronegócio brasileiro.
- Exigir o cumprimento das decisões do órgão de solução de controvérsias da OMC, de forma a dar credibilidade ao organismo multilateral.
- Engajar pequenas e médias empresas do agronegócio no círculo virtuoso das exportações, via linhas de crédito específicas para esta finalidade.
- Ampliar a participação do Mapa nos diversos fóruns de comércio internacional.
- Assegurar acordos bilaterais ou multilaterais entre Estados ou blocos econômicos.

**Encaminhamento:** Mapa, Setor Privado, MDIC, Itamaraty.

#### **PILAR 4: Pesquisa, desenvolvimento e inovação**

**Justificativa:** A agricultura do presente e do futuro está baseada na ciência. O fator crítico para a produção sustentada é a incorporação de conhecimentos à produção. Um dos exemplos mais marcantes é a conquista dos cerrados brasileiros, com inovações que permitiram a incorporação de vastas áreas tidas como improdutivas à produção de grãos e carnes.

Maior produtividade da terra, da mão de obra e dos insumos depende fortemente da disponibilidade e da adoção de

tecnologia que seja poupadora de terra, elimine as queimadas e reduza o desmatamento, com aumento da disponibilidade de alimentos, fibras e biomassa para o mercado interno e externo.

Os desafios continuam. A ciência mundial evolui rapidamente. A biotecnologia e a nanotecnologia inovam os sistemas de produção e os produtos. A geração de conhecimentos no País e a incorporação de contribuições externas são o passaporte para o sucesso futuro.

Para manter mercados e concorrer com produtos, os competidores do agronegócio investem pesadamente em ciências agrárias. Os países com atrasos em tecnologia serão deslocados para terceiros mercados e sofrerão a concorrência pelo seu mercado interno. Por isso, os progressos técnicos realizados pelo Brasil nos últimos anos precisarão ser consolidados e ampliados.

Os principais desafios científicos e tecnológicos para o agronegócio brasileiro estão relacionados a:

- Garantir a sua competitividade e sustentabilidade;
- Atingir um novo patamar tecnológico competitivo em agroenergia e biocombustíveis (2ª geração);
- Prospear a biodiversidade para o desenvolvimento de produtos diferenciados e com alto valor agregado;
- Intensificar o desenvolvimento de tecnologias para uso sustentável dos biomas e integração produtiva das regiões brasileiras;
- Estímulos para os programas de capacitação e treinamento de recursos humanos, a exemplo do “sistema S e do cooperativismo”, com envolvimento de especialistas;
- Programas de assistência técnica e extensão rural voltados para o pequeno e o médio produtor;
- Contribuir para o avanço da fronteira do conhecimento e incorporar tecnologias emergentes.

#### **Propostas de ação:**

- Suprir de recursos humanos qualificados e recursos financeiros as instituições de pesquisa em agrope-

cuária, como a Embrapa, as Organizações Estaduais de Pesquisa e as universidades e os centros de pesquisas privados.

- Investir não menos que 2% do valor da produção da agropecuária em pesquisa para o setor.
- Estabelecer linha de crédito para financiamento de ensino técnico e formação de especialistas.
- Apoiar e incentivar inovações tecnológicas para fortalecer as bases competitivas das empresas privadas nacionais, com estímulos à criação de novas cultivares e formas de produção.
- Priorizar as ações dos fundos setoriais de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em ciências agrárias, etanol de celulose e eficiência energética.
- Zelar pela prática científica e do saber na administração das universidades, dos centros públicos de pesquisa e das agências para licenciar novas tecnologias.
- Fortalecer as pesquisas de suporte a sistemas sustentáveis de produção que sejam capazes de promover uma agricultura rentável, competitiva e de baixo carbono, como o SPDP e ILPS.
- Coordenação do banco brasileiro de germoplasma vegetal e de recursos genéticos animais para a alimentação e agricultura.
- Apoiar a inovação tecnológica em agroenergia, com destaque para o etanol celulósico (ou de segunda geração), e para a produção de biodiesel a partir de matérias-primas de elevada produtividade de óleo e sem prejuízos para a alimentação humana.
- Promover o desenvolvimento de cultivares capazes de manter ganhos continuados de produtividade, com aliança e eficiência no uso da água e de nutrientes, resistência a pragas e doenças e capacidade de adaptação às mudanças climáticas.
- Revisão da estrutura normativa aplicável à rotulagem de transgênicos e produtos derivados constantes do Decreto nº 4.680/2003.





- Valorizar o capital intelectual por meio de consórcios público-privados, sociedades de propósito específico, incentivos fiscais para parques tecnológicos.
- Incentivos à geração e aos registros de patentes.
- Favorecer a internacionalização das instituições de pesquisa agropecuária e agroindustrial, como forma de incorporar os novos conhecimentos gerados em centros de excelência no mundo.
- Apoiar ações de transferência de tecnologia para países pobres da América Latina e África, de modo a maximizar sinergias com o agronegócio brasileiro.

#### **PILAR 5: Defesa agropecuária**

**Justificativa:** A disseminação de doenças como a gripe aviária, a febre aftosa, a doença da vaca louca, a ferrugem da soja, dentre outras, por diversos continentes e países trouxe novas preocupações para os produtores rurais brasileiros. A pos-

sibilidade de pandemias se torna uma variável cada vez mais importante no comércio internacional. O poder público precisa investir na readequação de suas estruturas e na atualização de normativos para se prevenir a entrada de novas doenças e, no caso de incidência inevitável, dispor de planos emergenciais para sua erradicação.

Os programas de integração entre o governo e a iniciativa privada na sanidade animal e vegetal possibilitaram avanços importantes na erradicação das principais pragas e doenças agropecuárias, bem como no desenvolvimento e na produção de variedades e raças resistentes. Signatário do acordo de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) na Organização Mundial do Comércio, o Brasil deve exigir transparência e rigor científico na regulamentação internacional referente ao controle de agroquímicos, hormônios e anabolizantes. Internamente, falta padronização nos critérios adotados pelo Mapa, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e pelo Instituto Brasileiro

do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Estima-se que o Brasil não tenha acesso a mercados de US\$ 20 bilhões anuais em exportações, devido a doenças existentes em sua agricultura que poderiam ser erradicadas ou controladas com eficiência. A implantação de sistemas eficientes, o controle e a fiscalização são prerrogativas do Estado.

As organizações privadas comprometem-se a apoiar as ações de governo nesta área, bem como nos temas relacionados à agilização dos registros de novas moléculas, incluindo as *Minor Crops* e ações para a facilitação do comércio, desburocratização dos procedimentos administrativos, informatização dos pontos de entrada e saída de mercadorias, desembaraço aduaneiro, modernização do Siscomex, entre outros.

#### **Propostas de Ação:**

- Consolidar os serviços de vigilância com sistemas de informação eletrônicos; equipes ágeis e bem treinadas de atendimento a focos; legislação em

- sintonia com os critérios técnicos internacionais; conscientização do produtor e controle de concentração de animais (exposições, rodeios e leilões).
- No caso da erradicação da febre aftosa, intensificar os trabalhos nos Estados das regiões Nordeste e Norte, enquanto que, para a Bolívia, o Paraguai e a Venezuela, se dê apoio técnico e financeiro em campanhas.
- Fortalecer as ações do Conselho Agropecuário do Sul (CAS).
- Finalizar a biossegurança no Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais (Lanagro/MG), com foco na febre aftosa e peste suína clássica. A rede de laboratórios deve contar com a participação privada.
- Alocar recursos para reequipar as estruturas laboratoriais do Mapa e recompor a equipe de profissionais responsáveis pela vigilância sanitária. Os investimentos devem contemplar a defesa agropecuária no âmbito federal, estadual e municipal, bem como nas fronteiras com os países vizinhos e nos portos e aeroportos brasileiros.
- Ampliar a ação de defesa fitossanitária, de forma a garantir barreiras fitossanitárias efetivas nas fronteiras e de prevenção contra os riscos de entrada de novas doenças no País.
- Padronizar os procedimentos no âmbito do Serviço de Inspeção Federal, Serviço de Inspeção Estadual e Serviço de Inspeção Municipal.
- Revisão do Decreto nº 4.074/2002, quanto à avaliação de risco toxicológico e ambiental e à prescrição do tratamento fitossanitário pelos engenheiros agrônomos e florestais.
- Harmonizar as regras de uso e alterações de componentes nas formulações e produtos de defesa vegetal, com incentivos para a produção e formulação nacionais e prioridade à análise e aprovação das inovações tecnológicas (ativos novos, melhorias das formulações de produtos registrados, adequações à agricultura nacional).

- Estabelecimento de mecanismos de certificação consistente de produtos com selos de sustentabilidade, valor às marcas, qualidade ao produto e benefícios ao consumidor e à competitividade do setor produtivo.

## PILAR 6: Institucionalidade do poder público

**Justificativa:** O agronegócio deve ser tratado como questão de Estado e não de governo. Atualmente, são pelo menos cinco os Ministérios com papéis relevantes em assuntos ligados diretamente ao agronegócio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Pesca; Ministério do Meio Ambiente (florestas plantadas); e Ministério da Integração Nacional (recursos hídricos para irrigação)).

A pulverização de competências entre diferentes Ministérios e organizações públicas gera atritos, perda de eficiência operacional, aumento de gastos, e confunde o setor produtivo. Propicia também o desperdício e o desencontro de orientações na formulação de políticas e normas. É fundamental a racionalização na estrutura pública, com ganhos de sinergia, agilidade e eficiência: a unificação de esferas e gestão matricial traz melho-

rias na administração e na interlocução com os participantes do setor.

Além das questões organizacionais, marcos legais importantes não acompanharam a evolução do agronegócio e ficaram desatualizados, como nos casos do Código Florestal, Estatuto da Terra, Sistema Nacional de Crédito Rural, da Lei Agrícola e a Legislação Trabalhista no Campo.

Este quadro tem sérias implicações para a produção agrícola do País, pois provocará:

- Inviabilidade de amplas áreas consolidadas, durante séculos, de produção de alimentos e outras matérias-primas, (os europeus subsidiavam pesadamente para continuarem a produzir);
- Diminuição na produção de alimentos, redução da renda de pequenos produtores e aumento da pobreza rural, em muitos casos, transformando-se em pobreza absoluta;
- Abandono da agricultura, com a aceleração da migração rural-urbana, principalmente de pequenos produtores não qualificados, e aumento de favelas das cidades.

Há conscientização na sociedade de que os recursos naturais são finitos e necessitam de proteção. Os agricultores são

## Ministérios com funções relacionadas ao agronegócio

Ministério	Função
Planejamento	Orçamento
Fazenda	Liberção dos recursos
Banco Central	Taxa de juros
Justiça	Funai, SDE, Cade
Transporte	Agência Nacional de Transportes: Terrestres (ANTT); Aviação Civil (Anac); e Aquaviários (Antaq)
Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Camex, Apex e Inmetro
Itamaraty	Acordos mundiais de comércio
Minas e energia	Petrobras, ANP e biocombustíveis
Meio Ambiente	Ibama e Florestas plantadas
Desenvolvimento agrário	Incra
Pesca e Aquicultura	
Integração Nacional	ANA (recursos hídricos para irrigação)
Mapa	
MDA	



os primeiros a assumirem essa responsabilidade em suas propriedades. A conservação do meio ambiente gera benefícios públicos para a sociedade como um todo, mas os seus custos correspondentes não podem ser debitados aos agricultores.

A aplicação das metas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio exige pesados investimentos, principalmente privados ao nível da propriedade rural. Nenhum pequeno produtor ou empresário rural investirá em ambiente de insegurança jurídica. A incerteza quanto à titularidade do imóvel e à sua efetiva proteção desestimula os investimentos necessários, como na nociva prática das invasões de terras, por movimentos ditos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outra questão de insegurança jurídica diz respeito à ameaça contínua de expropriação de áreas consideráveis de produção agrícola sob o argumento de remanescentes comunidades quilombolas e de demarcação de reservas indígenas. A Constituição de 1988 delimitou o prazo de cinco anos para que se concluísse o processo demarcatório, e, passados vinte e dois anos, ainda persiste a ameaça de que propriedades venham a ser desapropriadas por esses motivos.

#### **Propostas de Ação:**

##### **Componente A:** Organizações do Agronegócio

- Administração pelo Mapa das políticas agroambientais, florestas plantadas e da água, de solo e minerais de uso pela agropecuária.
- As questões pertinentes à Reforma Agrária devem ficar subordinadas diretamente ao Ministério da Justiça.
- Fortalecer o Ministério com maior representatividade e com autoridade para definição das políticas públicas em áreas estratégicas ligadas a meio ambiente e orçamento – aquisição e equalização de preços agrícolas, da Embrapa, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), equalização das taxas de juros do crédito rural e subvenção ao prêmio do seguro rural.
- Ativar o Conselho Nacional de Política Agrícola para definir os rumos e o desenvolvimento de programas do agronegócio, com respeito às especificidades de cada cadeia produtiva e região.
- Unificar a política agrícola empresarial com a familiar, com melhores condições para os agricultores familiares crescerem e se desenvolverem. Amiúde, os agricultores familiares reprimem o seu potencial de crescimento propositalmente para que se mantenham sob a guarda da agricultura familiar.
- Criar um Programa para aumentar a produção nacional de fertilizantes e biocidas.
- Conceder ao Mapa o poder de deliberar sobre as políticas agroambientais, florestas plantadas, água, solo e nutrientes usados na agropecuária.
- Apoiar projetos integrados de desenvolvimento de cadeias produtivas, de acordo com as potencialidades e os recursos naturais de cada região, com estímulos ao espírito empreendedor e à formação de cooperativas, associações e condomínios.
- Estabelecer programas de apoio aos produtores, independentemente de seu porte, para melhorar as suas condições de vida no campo.
- Instituir o fórum permanente do setor privado para o Mapa, MDIC e Ministério das Relações Exteriores (MRE) discutirem as propostas de interesse do agronegócio brasileiro.
- Implementar medidas de apoio à educação, profissionalização, capacitação e ao acesso à tecnologia da informação para os diferentes elos da cadeia produtiva, especialmente ao produtor rural e a seus familiares.
- Definição das competências (municipal, estadual e federal) para licenciamento de plantios e retirar os plantios da classificação de atividade altamente poluidora.
- Definição clara da propriedade da terra, bem como regras claras para desapropriação e execução das or-

dens judiciais para reintegração de posse.

##### **Componente B:** Legislação Ambiental

- Alteração do Código Florestal com legalização definitiva das áreas de produção já consolidadas e estabelecimento de percentuais de preservação para áreas ainda não exploradas.
- Ampliar os poderes dos Estados para definição do Código Florestal com relação às realidades locais.
- Delimitação de Áreas de Proteção Permanente com base em avaliação científica criteriosa e específica.
- Constituição de fundo de compensação para pagamento dos serviços ambientais aos agricultores que conservem recursos naturais, como cursos de água, matas etc.
- Incentivar a formação de Reserva Ambiental Coletiva de forma a atender às áreas de relevante interesse ecológico apontadas pelo Estado, com o emprego usando das diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico.
- Estimular o desenvolvimento de novas metodologias que viabilizem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
- Implementar o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) com a concessão aos Estados e municípios da autonomia para o desenvolvimento de políticas de gestão das atividades para a sua região.

##### **Componente C:** Outras Áreas de Legislação

- Elaboração de legislação que permita a formalização dos produtores rurais com a transformação de pessoa física para jurídica.
- Regulamentar a atividade dos produtores independentes (florestas).
- Proteção aos produtores rurais quanto a ameaças de desapropriação sob o argumento de terras indígenas ou de remanescentes quilombolas.
- Aprimorar a legislação trabalhista para o emprego no setor rural.

**Encaminhamento:** Mapa, Casa Civil, Congresso Nacional.